

Fórum Econômico Mundial vê 2 séculos para fim de desigualdades de gênero no mercado de trabalho

Brasil caiu 5 posições e ficou em 95º lugar em ranking que disparidades em 149 países; países nórdicos ocupam as primeiras posições.

(G1, 18/12/2018 - acesse no site de origem)

As desigualdades salariais entre homens e mulheres diminuíram timidamente neste ano em comparação com 2017, e serão necessários mais de dois séculos para alcançar a igualdade no mundo do trabalho, avalia um relatório publicado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) nesta segunda-feira (17).

O último estudo publicado pelo WEF mostra melhorias nos salários em relação ao ano passado, quando a diferença entre os dois gêneros foi ampliada pela primeira vez em 10 anos.

No entanto, o relatório indica que a representação das mulheres na política está diminuindo, assim como o acesso à saúde e à educação.

No ritmo atual, as desigualdades entre homens e mulheres na maioria das áreas não serão eliminadas antes de pelo menos 108 anos. E também levará 202 anos para reduzir a diferença no trabalho, destacou o WEF.

O relatório anual sobre paridade examina a situação em 149 países em quatro setores: educação, saúde, política e o mundo do trabalho. O Brasil caiu 5 posições no ranking de 2018 e ficou na 95ª posição.

“O Brasil registrou uma reversão significativa no progresso em direção à paridade de gênero este ano”, destacou o relatório.

How close are we to closing the gender gap? Read our new report:
<https://t.co/90p7ZVI155> #gendergap18 pic.twitter.com/MQLtT0kMA1

— World Economic Forum (@wef) [17 de dezembro de 2018](#)

Depois de anos de progresso constante em educação, saúde e representação política, o lugar das mulheres recuou nestas três áreas neste ano, informou o WEF.

No mundo do trabalho, registrou-se algum avanço, mas não foi extraordinário. A diferença entre os funcionários ainda é de quase 51%.

Quanto às mulheres em cargos de gerência, o número subiu para 34% no mundo.

Mas o estudo mostra que agora há proporcionalmente menos mulheres do que homens no mercado de trabalho, especialmente por causa do impacto da automação de empregos tradicionalmente ocupados por mulheres.

Paralelamente, as mulheres estão sub-representadas em setores de atividades em crescimento que precisam de habilidades e conhecimentos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

“As mulheres atualmente representam apenas 22% do efetivo especializado em inteligência artificial”, lamentou o relatório.

Entretanto, a situação de igualdade difere de acordo com países e regiões.

Embora seja provável que os países da Europa Ocidental acabem com a diferença de gênero nos próximos 61 anos, no Oriente Médio e no Norte da África, serão necessários 153 anos, diz o WEF.

Mais uma vez, os países nórdicos são aqueles que ocupam as primeiras posições do ranking. A maior paridade é encontrada na Islândia, Noruega, Suécia e Finlândia.

Entre os países com as maiores diferenças entre homens e mulheres estão a Síria, o Iraque, o Paquistão e o Iêmen.

Entre as 20 maiores economias do mundo, a França lidera a lista, no décimo segundo lugar, seguida pela Alemanha (14), Reino Unido (15), Canadá (16) e África do Sul (19).

Os Estados Unidos continuam a retroceder, passando da posição 49 para a 51. O relatório revela “um declínio na paridade homem-mulher nos postos de ministros”.

No Brasil, mãe recebe até 40% menos

Levantamento mostra que mulheres que optaram por não ter filhos recebem salários melhores; primeiro filho reduz remuneração em 24%

[\(Estadão.com, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Além das distorções salariais em relação aos homens, as mulheres enfrentam um outro desafio no mercado de trabalho - quanto mais filhos elas têm, menor é o salário que elas ganham. A diferença não é pequena, uma brasileira com três ou mais filhos recebe até 40% menos que uma colega que não é mãe.

Números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, compilados pela consultoria IDados apontam que, enquanto mulheres sem filhos ganham em média R\$ 2.115 por mês, ter o primeiro filho reduz o salário em 24%. Se a família crescer e o

número de crianças chegar a três ou mais, a queda no rendimento é de quase 40%.

Para diminuir distorções, o levantamento considerou trabalhadoras de 25 a 35 anos e casadas. Nesse grupo, as que têm filhos são a maioria no mercado de trabalho. No primeiro semestre, elas somavam 2,92 milhões de trabalhadoras, contra 1,36 milhão das que não são mães.

A bibliotecária Heloisa Spolador, de 30 anos, optou por esperar. “Para muitas vagas, as primeiras perguntas que o empregador faz são ‘é casada?’ e ‘tem filhos?’. Acho que o fato de não ter tido filhos e ter me casado um pouco mais tarde, aos 28 anos, me ajudou a conseguir vagas melhores.” Heloisa diz que ela e o marido pretendem esperar um pouco mais antes de ter filhos, porque ela quer voltar a estudar.

Igualdade distante. Alguns fatores, como questões culturais, falta de acesso a creches e dificuldades para conciliar os cuidados familiares com o aprimoramento da formação ajudam a explicar a desigualdade salarial entre as mulheres com filhos das demais, diz o economista do Ibre/FGV e pesquisador do IDados, Bruno Ottoni.

Quando aumenta o número de filhos, todas as questões que normalmente pesam para uma mulher vão se acumulando, diz ele. “Há desde problemas ligados ao preconceito, quando o chefe acha que ela vai se dedicar menos ao emprego, aos empregadores que não querem reorganizar a equipe para as mudanças que uma gravidez e filhos pequenos provocam.”

Ele cita, ainda, que grande parte do problema se deve à falta de políticas públicas pensadas para manter a mulher no mercado de trabalho. O Brasil terminou o ano de 2017 com menos da metade das crianças de zero a três anos matriculadas em creches em todos os Estados. Só 32,7% das que estão nessa faixa etária são atendidas, segundo o IBGE.

Uma pesquisa da consultoria LCA, também feita a partir de dados da Pnad, aponta que as mulheres eram a maioria entre os desalentados, os trabalhadores que desistiram de procurar por um novo emprego.

“Às vezes dá vontade de desistir”, diz a técnica de qualidade Vanderleia Silveira, de 30 anos. “Quando minha filha completou dois meses de vida, pedi demissão do meu emprego, porque ficar longe dela me fazia mal.” Dois anos depois, ela tenta voltar ao mercado, mas quando recebe uma resposta dos entrevistadores o salário é muito baixo. “Numa entrevista recente, fizeram várias perguntas sobre a minha filha. Se eu não fosse mãe, aquela vaga seria minha.”

Se os homens enfrentassem os mesmos obstáculos das mulheres no mercado de trabalho, também desistiriam, diz Regina Madalozzo, economista do Insper. “Por isso, políticas públicas, como a adoção da licença parental dividida obrigatoriamente entre pai e mãe (mesmo sistema adotado na Suécia e Dinamarca), ajudam a acabar com a ideia equivocada de que a licença é uma folga que a mulher tira do mercado de trabalho.”

Ela lembra que muitas mulheres optam pelo empreendedorismo para ter sucesso ou alguma renda. Até porque, algumas propostas que aparecem quando elas se tornam mães são tão ruins que não valem a pena.

Por Douglas Gavras e Raquel Brandão

Por medo de acusações de assédio, executivos de Wall Street evitam jantares e elevadores com mulheres

Ação fortalece ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres no principal centro financeiro do mundo, afirmam analistas

[\(IstoÉ Dinheiro, 05/12/18 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com levantamento, cargos de chefia são majoritariamente ocupados por homens

A onda de acusações de assédio desencadeada pelo movimento #MeToo mudou a relação entre homens e mulheres em diversos segmentos da sociedade. Em Wall Street não foi diferente. Para se precaver de acusações de má conduta, executivos tomam medidas extremas, desde evitar jantares com colegas do sexo feminino até não sentar ao lado delas em voos.

A Bloomberg entrevistou mais de 30 executivos do principal centro financeiro do mundo para entender como as mudanças alteram as relações no ambiente de trabalho. De forma anônima, um homem afirmou que criou uma “regra” de não jantar com mulheres abaixo de 35 anos. Outro, mais extremo, evitar ficar ao lado de mulheres dentro de um elevador, enquanto um terceiro faz reuniões com colegas do sexo feminino apenas com as portas abertas.

“Clube dos Meninos”

As novas medidas acentuam a criação de um “clube dos meninos”, excluindo as mulheres de reuniões e eventos de confraternização, e aumentando ainda mais a desigualdade entre os sexos dentro das corporações, afirmam os especialistas.

“As mulheres estão buscando ideias sobre como lidar com isso, porque isso está afetando nossas carreiras”, afirma Karen Elinski, presidente da Financial Women’s Association e vice-presidente sênior da Wells Fargo & Co. “É uma perda real.”

Mulheres já são minorias em cargos de alto escalão de Wall Street. De acordo com um levantamento da Mercer, uma das principais empresas de consultoria em recursos humanos do mundo, as mulheres representam apenas 15% dos cargos de executivo. Na gerência sênior, o índice é de 26%, enquanto de gerente é 37%.

Falta de oportunidades

Aos pesquisadores fica a questão de como evitar que esse ambiente de paranoia prejudique a ascensão feminina nas grandes empresas. De acordo com a reportagem, muitas mulheres temem que homens deixem de dar-las oportunidade por receio de enfrentar uma acusação de assédio.

“O avanço normalmente exige que alguém em um nível sênior conheça seu trabalho, ofereça

oportunidades e esteja disposto a defendê-lo dentro da empresa”, afirma Lisa Kaufman, diretora executiva da LaSalle Securities. “É difícil para um relacionamento como esse se desenvolver se a pessoa sênior não estiver disposta a passar um tempo a uma pessoa mais júnior.”

MPT lança cartilha sobre violência contra a mulher no mercado de trabalho

Guia busca orientar e debater a igualdade de gênero no ambiente laboral

[\(MPT, 30/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Dar visibilidade e contribuir para o fim da discriminação contra a mulher. Esses são os objetivos da cartilha O ABC da violência contra a mulher no trabalho, lançada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) por meio do GT de Gênero da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), tendo em vista os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher.

A publicação traz conceitos como assédio moral e assédio sexual no trabalho, divisão sexual do trabalho, cultura do estupro, além dos mais recentes mansplanning, maninterrupting e bropropriating palavras trazidas do inglês para homens que, respectivamente, explicam coisas óbvias para mulheres, as interrompem e se apropriam de suas ideias.

“A violência contra a mulher repercute negativamente no ambiente de trabalho. Ela afeta diretamente a mulher, vítima ou testemunha, que sofre com baixa autoestima, inúmeras interrupções na carreira, adoecimento físico e mental. Como resultado, há redução da lucratividade da empresa pelo desperdício de talentos e de conhecimento,” afirma a procuradora do trabalho Adriane Reis.

A cartilha pretende contribuir para evidenciar o problema e orientar trabalhadores, empresas, sindicatos e toda a sociedade civil a debater a igualdade de gênero no trabalho.

16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher: 16 dias de ativismo se iniciam no dia 25 de novembro, Dia Internacional para a não-Violência Contra as Mulheres. A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1999, reconhece o dia 25 de novembro como desta data para conscientizar os homens sobre o papel que precisam desempenhar para colaborar com o fim da discriminação e violência contra as mulheres.

A data surgiu em decorrência do Dia Latino-americano de Não Violência Contra a Mulher, que foi criada durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá, Colômbia. O dia foi escolhido em homenagem às irmãs Pátria, Maria Tereza e Minerva Maribal, que eram ativistas de direitos humanos, que foram violentamente torturadas e assassinadas nesta mesma data, em 1960, a mando do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo.

Clique [aqui](#) para ler a cartilha.

Governo lança plano para fortalecer trabalho de mulheres no campo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou hoje (27) uma portaria criando o Plano Agro+Mulher, cujo objetivo é estimular ações que promovam a igualdade entre homens e mulheres na atividade agropecuária.

[\(Agência Brasil, 27/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Apesar de as mulheres serem 51% da população brasileira, atualmente, apenas duas entre cada dez dirigentes no setor rural são mulheres, segundo o Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as medidas previstas está o aumento no número de mulheres capacitadas para o agronegócio e postos de gestão, “com apropriação do conhecimento, formando multiplicadores, nas temáticas: gestão cooperativa, propriedade rural, sistemas de produção e da qualidade dos produtos ofertados ao mercado, com foco na segurança alimentar e na redução das perdas com melhor orientação quanto ao período de plantio devido as condições climáticas”, diz a página do programa.

Também se destacam entre os objetivos a realização de um panorama atualizado sobre as mulheres no setor agropecuário brasileiro; dar visibilidade e valorização das contribuições femininas no âmbito da geração de renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável; e a implantação de políticas públicas para melhoria das condições do trabalho da mulher no agronegócio.

“Com o conhecimento, serão multiplicadoras em gestão cooperativa, propriedade rural, sistemas de produção e da qualidade dos produtos ofertados ao mercado, com foco na segurança alimentar e no plantio correto”, afirmou a coordenadora do Departamento de Integração e Mobilidade Social da SMC, Vera Lucia de Oliveira Daller.

De acordo como o ministério, o plano busca ainda o desenvolvimento sustentável das diferentes cadeias produtivas, das cooperativas agropecuárias, das agroindústrias rurais, do acesso aos mercados nacional e internacional e de todos os segmentos envolvidos.

As ações para alcance dos objetivos do novo plano serão de responsabilidade da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC) do ministério, tendo como órgão consultivo o Comitê de Políticas Públicas para Mulheres e de Gênero do Mapa.

A proposta se insere na nova agenda universal da Organização das Nações Unidas (ONU), que trata dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o objetivo 5 que visa alcançar a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e meninas e a igualdade de oportunidades até 2030.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que reduzir as diferenças de gênero no mercado de trabalho permitiria que 204 milhões de pessoas a mais entrassem na força de trabalho global até 2025. Esse incremento poderia gerar um aumento de 3,9% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil Brasília

Diferença salarial entre mulheres e homens aumenta após 23 anos

Desigualdade entre negros e brancos também cresceu, aponta Oxfam

(Agência Brasil, 26/11/2018 - [acesse no site de origem](#))

As desigualdades entre rendimentos de mulheres e homens aumentaram nos últimos dois anos e tornaram mais distante a equiparação de renda entre os gêneros no Brasil. Isso é o que também revela o relatório [País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras - 2018](#), divulgado nesta segunda-feira (26) pela organização não governamental Oxfam Brasil, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2016 e 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento mostra que, em 2016, as mulheres ganhavam em média cerca de 72% do que ganhavam homens no Brasil, proporção que caiu para 70% em 2017, o primeiro recuo em 23 anos.

Em 2017, a renda média de mulheres no Brasil era de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens era de R\$ 2.578,15. Os dois gêneros tiveram aumento médio geral de renda em relação a 2016, mas enquanto o incremento entre os homens foi de 5,2%, entre as mulheres foi de 2,2%.

Entre os 10% mais ricos do Brasil, a distância entre a renda de mulheres e homens é ainda maior. As mais ricas ganharam em média 60% do que os mais ricos em 2017. Enquanto os homens mais ricos tiveram quase 19% de aumento em seus rendimentos entre 2016 e 2017, as mulheres mais ricas viram sua renda média crescer apenas 3,4%.

Tendência oposta foi observada entre a metade mais pobre do país, onde verificou-se redução da renda, especialmente entre as mulheres pobres, que perderam 3,7% de seus rendimentos. Os homens pobres perderam 2% do seu rendimento em relação a 2016.

A disparidade de renda entre grupos raciais também aumentou nos últimos dois anos. Em 2016, os negros ganhavam R\$ 1.458,16 em média, o que correspondia a 57% dos rendimentos médios de brancos, que naquele ano foram de R\$ 2.567,81. Em 2017, os rendimentos médios de negros foram de R\$ 1.545,30 frente a R\$ 2.924,31 entre os brancos, diminuindo o percentual para 53%.

O relatório da Oxfam revela que entre a metade mais pobre da população, os negros pobres ficaram ainda mais pobres, com redução de renda média de 2,5%; enquanto os brancos tiveram aumento na renda média de 3%. Em 2016, a média geral da renda da metade mais

pobre da população foi de R\$ 749,31. Entre os brancos pobres, a média era R\$ 882,23, enquanto entre os negros pobres, R\$ 634,66.

“Quem está na base da pirâmide social no Brasil é a população negra e, em particular, a mulher negra. A mulher negra é a pessoa que tem a menor renda média no país. A população branca, o homem branco em particular, está no extremo oposto disso. Então, se a mulher negra vai mal no Brasil, o Brasil está indo mal na área social, acho que esse é um indicador principal que a gente tem que prestar atenção”, disse Rafael Georges autor do estudo e coordenador de campanhas da Oxfam Brasil.

Em 2017, a renda média geral dos mais pobres foi de R\$ 804,35, e enquanto a renda média dos brancos mais pobres subiu para R\$ 965,19, a dos negros foi para R\$ 658,14.

Entre os 10% mais ricos, a renda média mensal dos brancos em 2017 foi de R\$ 13.753,63, enquanto a média dos negros foi R\$ 6.186,01 por mês, o equivalente a 45%. Entre 2016 e 2017, os negros que fazem parte dos 10% mais ricos tiveram aumento de renda de 8,1%, enquanto os brancos incrementaram suas rendas em 17,35%.

Saiba mais: [Renda recua e Brasil se torna o 9º país mais desigual](#)

Por Maiana Diniz e Camila Boehm - Repórteres da Agência Brasil Brasília e São Paulo

MPT promove seminário sobre enfrentamento à violência contra a mulher no trabalho - SP/SP, 05/12/2018

O Ministério Público do Trabalho em São Paulo realizará o Seminário “Enfrentamento à violência contra a mulher no trabalho”. Na ocasião serão apresentados a campanha e o material de enfrentamento à violência no trabalho e de combate ao assédio sexual.

Data/horário: 5 de dezembro, a partir das 9h30

Local: Ministério Público do Trabalho em São Paulo - Rua Cubatão, 322 - SP/SP



Programação:

9:30 - Abertura.

9:45 - Palestra: "Igualdade de gênero e violência contra a mulher no trabalho".

Procuradora Regional do Trabalho - **Adriane Reis de Araujo**.

Apresentação da campanha do MPT de São Paulo: 16 dias de ativismo contra a violência contra a mulher.

10:30 - Palestra: "Assédio sexual no trabalho".

Procuradora do Trabalho - **Sofia Vilela**

Apresentação da cartilha do MPT/OIT de combate ao assédio sexual no trabalho.

11:15 - Palestra: "Boas práticas de combate à discriminação contra a mulher no trabalho "

Procuradora do Trabalho - **Alline Pedrosa Oishi**

12:00 - Encerramento.

As inscrições serão realizadas no seguinte link: <http://servicos.prt2.mpt.mp.br/informe-se/eventos/inscricao.php?id=55> ou mediante o acesso ao site da PRT2 > **informe-se > eventos > palestras**

Morre Dona Raimunda Quebradeira de Coco

O Instituto Patrícia Galvão lamenta informar o falecimento de Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, ocorrido ontem (7) no Tocantins. Dona Raimundo foi uma liderança rural das mais destacadas no enfrentamento das injustiças sociais

e de todas as formas de violência.

Saiba mais:

[Corpo de Raimunda Quebradeira de Coco é velado em povoado do Tocantins \(G1/TO, 08/11/2018\)](#)

O corpo da líder comunitária Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Raimunda Quebradeira de Coco, está sendo velado na casa onde morava, no povoado Sete Barracas, a cerca de oito quilômetros do município de São Miguel do Tocantins, norte do estado. Ela lutava contra diabetes e já tinha perdido a visão por causa da doença. [Faleceu na própria residência, na noite desta quarta-feira \(7\).](#)

O enterro deve ser realizado às 17h desta quinta-feira, no município. A líder comunitária ficou conhecida por lutar pela valorização das quebradeiras de coco no norte do Tocantins desde os anos 80.

A prefeitura de São Miguel do Tocantins decretou luto oficial de três dias e ponto facultativo nesta quinta-feira (7). Segundo o secretário de cultura de São Miguel, Orlando Martins, a ex-quebradeira de coco chegou a ficar internada na UTI de um hospital em Imperatriz. Ela recebeu alta há algumas semanas e pediu para retornar para casa.

Raimunda foi uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que atua nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. Ela rompeu as fronteiras do Brasil. Foi à China, aos Estados Unidos, à França e ao Canadá.

A líder comunitária também chegou a ser indicada ao Prêmio Nobel da Paz e recebeu homenagens da Assembleia Legislativa do Tocantins e do Senado Federal. Em 2009, recebeu o título de doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O governador Mauro Carlesse (PHS) enviou nota lamentando a morte da líder comunitária. “O Estado do Tocantins perde uma de suas maiores líderes. Dona Raimunda construiu uma extensa folha de serviços ao nosso Estado e ao Brasil, por desenvolver um importante serviço comunitário e também como trabalhadora rural e ativista de destaque nacional, que por sua atuação recebeu, entre outros, o prêmio Bertha Luz, concedido pelo Senado Federal”, diz trecho da nota.

A prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, também lamentou. “Defensora incansável dos direitos das mulheres quebradeiras de coco do Bico do Papagaio, D. Raimunda utilizou-se do seu reconhecimento político para dar voz e valor às causas dos extrativistas da Amazônia. Sua dedicação a um mundo mais justo e igualitário será referência para as gerações futuras. Sua simplicidade e dedicação ao próximo é um exemplo que nos inspira”.

[Preconceito contra mulheres no poder é maior do que se pensa, diz pesquisa](#)

Um estudo da Universidade de Dusseldorf (Alemanha) revela que as pessoas podem estar ajudando a esconder o tamanho do preconceito contra mulheres líderes. Segundo a pesquisa, quando garantida a confidencialidade, muitos revelam ter mais reservas em relação ao poder feminino.

[\(Universa, 06/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ao todo, 1529 estudantes alemães responderam às questões que indicavam essa tendência. Quando seguros de que não teriam suas percepções identificadas, 37% assumiam rejeitar mulheres em cargos de poder. Já quando não tinham certeza de que permaneceriam anônimos, somente 23% admitiu o preconceito.

Anonimamente, 28% das mulheres e 45% dos homens indicaram que consideram as mulheres menos capazes para liderar. No método menos confidencial, a diferença de resultados é maior entre as mulheres (de 28% para 10%), pois, segundo os estudiosos, muitas se sentem obrigadas a se solidarizar com outras mulheres.

A conclusão do estudo é a de que a desigualdade de gênero no poder não está somente nas altas cúpulas e decisões de grandes empresários e líderes, como na sociedade como um todo.

[Professoras trans buscam quebrar tabu na América do Sul](#)

Ante onda conservadora na região, docentes ganham visibilidade e mudam tratamento em escolas

[\(Folha de S.Paulo, 04/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

BOGOTÁ , BUENOS AIRES e SÃO PAULO

Leona Freitas é uma mulher [transgênero](#). Professora da educação infantil numa creche municipal em Congonhas, ela leva sua vida em torno da mãe, do companheiro e de uns tantos amigos.

A cidade mineira onde Leona trabalha é famosa pelas festas religiosas que atraem católicos de todo o país. Com mais de 20 igrejas e escolas cristãs, espelha a América do Sul religiosa e [conservadora](#).

Embora o subcontinente ainda seja predominantemente católico, a Igreja viu a hegemonia

encolher com o rápido avanço evangélico, como mostrou uma pesquisa de 2014 do Centro de Pesquisa Pew segundo a qual 1 em cada 5 brasileiros se diz ex-católico. Com ele, veio a condenação mais firme da homossexualidade e da transexualidade.

Católica, a educadora diz que a Igreja lhe deu as costas. “Desde que assumi a transexualidade, não pude comungar. Fico no fundo da missa.”

Única docente trans na cidade, Leona diz que está conquistando espaço na escola e ensinando aos colegas que há mais possibilidades do que o binômio homem e mulher.

“Hoje, já se referem a mim como mulher, mas ainda não conseguem me chamar pelo meu nome social. Lá, sou a ‘Tia’ Albert ou a Albert”, diz. “Mas herdei a capacidade de superação da minha mãe. Eu me vejo abrindo portas a futuras gerações de professoras trans, e isso é o que importa.”

Na América do Sul, a representatividade de mulheres trans na educação é pequena, mas vem ganhando espaço apesar do recrudescimento do conservadorismo. No senso comum, o professor é visto como autoridade. “Ninguém espera que uma pessoa trans possa ser docente”, diz a colombiana Alanis Bello, socióloga e professora travesti da Universidade Pedagógica Nacional, em Bogotá. “Parece haver uma incompatibilidade entre esses dois imaginários.”

“Ser docente trans é difícil. São poucas as que se arriscam, e quando o fazem, os estereótipos sociais te dizem ‘não, você é uma prostituta, não se meta com meu filho’.”

Na Colômbia, são raras as educadoras transgênero. Em julho, a mídia anunciou Solypsi Navia como a primeira professora trans de escola pública, uma conquista em um país onde as mulheres trans são fadadas à indústria do sexo.

Por muito tempo isoladas, essas mulheres estão se fortalecendo movidas pela internet. No Brasil, uma pesquisa online feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação apontou 90 profissionais transgênero atuando no país.

“Acreditamos que o número chegue a mais de 150. Muitos e muitas ainda temem se identificar com medo de retaliações no ambiente escolar”, afirma Sayonara Nogueira, vice-presidente da organização.

Professora travesti do curso de Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata, Claudia Vásquez Haro temia ser discriminada quando ingressou como aluna na instituição em 2005, sete anos antes de a Argentina aprovar a Lei de Identidade de Gênero.

“Sou uma sobrevivente do ambiente escolar. Houve um momento em que disse a mim mesma: ou eu me empodero ou não consigo caminhar com meu projeto de vida.”

A educadora lembra que no início gastava a voz para explicar quem era, pois seus documentos não haviam sido retificados. “Um dia cansei e anunciei em aula: ‘Meu nome é Claudia. Sou uma mulher que não se reduz à genitália’”, ri. “Todo mundo ficou estático, mas aplaudiu. Foi quando as coisas começaram a mudar.” Mudaram tanto que a faculdade criou o Departamento de Diversidade Sexual e lhe deu a chefia.

Aprovada em concurso público estadual em São Paulo, Fernanda Ribeiro conta que rompe a discriminação de cara. “Todo ano, no primeiro dia de aula, digo que sou travesti. Assim, evito fofoca e me abro para esclarecer dúvidas.”

Ela diz que ensina aos seus alunos que diversidade faz parte da sociedade brasileira. “Falo que se fôssemos todos iguais seríamos robôs.”

Pelos corredores do colégio mais antigo de Ribeirão Preto, os estudantes alunos cochicham a respeito de Fernanda. Mas para os meninos e meninas dessa escola, ela já não é a professora travesti. É só a docente “meio brava, mas legal”.

Apesar das barreiras quebradas, educadoras trans no Brasil temem retrocesso.

“A situação na universidade está tensa”, diz Ana Paula Luz, professora voluntária do projeto Transpassando, em Fortaleza, e aluna da Universidade Estadual do Ceará, aludindo ao discurso antidiversidade do presidente eleito Jair Bolsonaro e seus seguidores.

“Tive minha casa pichada, fui ameaçada de morte duas vezes e ando com estilete no bolso para me defender.”

Sayonara Nogueira se vê nos anos 90. “Dobrei a dose de ansiolíticos porque me sinto voltando à época em que apanhava na rua por ser quem sou.”

Por Vanessa de Sá e Toni Pires

A reportagem foi financiada pelo European Journalism Centre (EJC)